

Novo governo conclui Ministério, mas não terá maioria na Câmara

Executivo Lula fecha primeiro escalão do governo com espaço para União Brasil, PSD e MDB

Esplanada terá recorde de mulheres em Ministério

Matheus Schuch, Fabio Murakawa, João Valadães, Estêvão Talar e Renan Truffi De Brasília

Após uma semana intensa de mediação de conflitos internos e negociações com o Centrão, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) anunciou nesta quinta-feira (29) mais 16 ministros, fechando o desenho do primeiro escalão. O arranjo, concluído a três dias da posse, garantiu um recorde de mulheres na Esplanada: serão 11 em um total de 37 ministérios.

Em busca de governabilidade, Lula também distribuiu 9 ministérios entre União Brasil, PSD e MDB. Contudo, o futuro ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse que a montagem da base "não começa nem termina" com a definição dos ministros e há "outros espaços" a serem distribuídos a possíveis aliados.

Visivelmente cansado, Lula chegou para o anúncio da equipe com quase duas horas de atraso. A maratona de articulações fora encerrada minutos antes, no hotel em que o petista se hospedou e que nas últimas semanas virou o QG da definição do futuro governo.

Hoje, Lula ainda anunciou os presidentes da Caixa, do Banco do Brasil e da Petrobras, informou ontem o futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Apesar de não revelar os nomes, Lula antecipou que os bancos serão presididos por mulheres. Além de duas mulheres para assumir os bancos estatais, o senador Jean Paul Rates (PT-RN) e o mais cotado para assumir a Petrobras.

A última reunião reservada de Lula sobre a montagem da equi-

pe envolveu o presidente do União, Luciano Bivar, uma hora antes do anúncio. Alinhado ao senador Davi Alcolumbre, ele emplacou três ministérios: Integração e Desenvolvimento Regional, destinado ao atual governador do Amapá, Waldez Góes; Comunicações, com o deputado federal Juscelino Filho (União Brasil-MA); e Turismo, com a deputada federal Daniela do Waquinho (União-BR).

O acordo, porém, deixou cicatrizes. Até o início da semana, estavam avançadas as conversas para que Elmar Nascimento (União Brasil-BA) assumisse o Ministério do Desenvolvimento Regional, representando um grupo de 150 deputados ligados ao presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL).

Nos últimos dias, a cúpula do PT da Bahia, aliada a outros caciques do partido no Nordeste, pressionaram pelo veto a Elmar pois ele fez de suas campanhas mais agressivas contra Lula no Estado. Circulam nas redes sociais vídeos em que Elmar chama Lula de "ladrao". O veto a Elmar, coloca em terreno sensível a relação de Lula com Lira, que caminha para ser reeleito por mais dois anos na direção da Casa.

O diálogo com o União Brasil foi mais complexo, porque a ala do partido egreja do DEM faz oposição histórica ao PT e resistiu a fazer parte do governo. Há relatos de que os inimigos se exaltaram em um dos encontros na semana em que Lula recebeu representantes da sigla.

De outro lado, Lula resolveu os

impasses com MDB, PSD e PDT. A bancada do MDB da Câmara emplacou o empresário e presidente do MDB do Pará, Jader Filho, para o comando do Ministério das Cidades — ele é irmão do governador eleito do Pará, Heiler Barbalho (MDB), um dos maiores aliados de Lula no partido.

O senador eleito Renan Filho (MDB-AL) foi para o Ministério dos Transportes, representando a bancada de senadores da legenda. Ele havia sido cotado para o Planejamento, mas a pasta acabou cedida à senadora Simone Tebet (MDB-MS).

Por fim, Lula solucionou a questão do espaço do PSD, que assumiu o MDB, ficará com três ministérios. O ex-líder do PSD na Câmara e candidato derrotado ao Senado em Pernambuco, André de Paula, foi cotado para a Pesca. O deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) também foi cotado para o primeiro escalão, mas prevaleceu o ex-líder da bancada, que é mais ligado ao presidente do PSD, Gilberto Kassab.

Além disso, o senador Carlos Figueira (PSD-MT) assume o Ministério da Agricultura, enquanto o senador não reeleito Alexandre Silveira (PSD-MG) ficou com Minas e Energia. A escolha de Silveira contempla o grupo político do presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que terá o apoio de Lula e do PT para ser reconduzido a um novo mandato na direção da Casa.

Por último, Lula acertou o espaço do PDT, partido do presidente-vice Ciro Gomes, que protagonizou algumas das declarações mais duras contra o petista durante a campanha eleitoral. O



Lula com futuros ministros: articulações de última hora fizeram presidente chegar com atraso de quase duas horas

presidente do PDT, Carlos Lupi, assume a Previdência Social.

As discussões com o União ainda mexeram com o espaço previsto para o PT. O Ministério do Desenvolvimento Agrário, que seria destinado ao deputado gaúcho Edgar Prestes, com apoio do MST, precisou abrigar o deputado Paulo Teixeira (SP), antes previsto para a pasta das Comunicações. A "divisão" de Lula considerou a necessidade de contemplar a "Resistência", corrente interna do PT que tem Teixeira como um dos principais líderes.

Único representante da região Sul na Esplanada, o deputado Paulo Pimenta (PT-RS) foi confirmado na Secretaria de Comunicação, que terá status de ministério. O Gabinete de Segurança Institucional ficará com o general da reserva Marco Edson Gonçalves Dias.

Para rebater as críticas sobre a pequena presença feminina em cargos relevantes, Lula também confirmou a ambientalista e deputada eleita (Rede-SP) Marina Silva na pasta do Meio Ambiente, e a atleta olímpica Ana Moser no Ministério dos Esportes, e a líder indígena e deputada eleita Sônia Guajajara (Psol-SP) no novo Ministério dos Povos Indígenas.

Nas últimas semanas, Tebet e Marina sofreram oposição de alas do PT, pensaram em ficar fora do governo, mas cederam após conversas com Lula. "A Simone foi uma companheira extremamente importante na campanha, uma aliada extraordinária", disse Lula.

Em terceiro lugar na disputa presidencial, a senadora se engajou na campanha petista no segundo turno. Na negociação por espaço na Esplanada, foi preteri-

da no Desenvolvimento Social e depois sofreu resistências do futuro ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Em uma tentativa de evitar qualquer diferença para trás, ela puxou Haddad para a foto ao lado de Lula no momento em que foi anunciada.

No caso de Marina, o apoio a Lula foi explicitado já no começo da campanha. Ela decidiu superar a briga que travou com o PT na campanha de 2010 e agora voltará ao ministério que lhe deu projeção, no primeiro governo Lula.

Após a definição da Esplanada, Lula disse que os cargos de segundo escalão e outros postos do governo serão discutidos depois da posse. Na formação das equipes, os ministros foram orientados a não terem receio de exaltar a política.

(Colaboraram Guilherme Pimenta e Caetano Tonet)

Base governista é 43% da Câmara

Raphael Di Cunha e Marcelo Ribeiro De Brasília

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) cedeu muito mais ministérios aos partidos de centro-direita do que pretendia os petistas, mas, tecnicamente, minoria na Câmara dos Deputados e dependerá de mais acordos para aprovar simples projetos de lei. Os partidos que serão declaradamente base do governo terão 102 deputados (43% dos 233 deputados) (43% dos votos).

O número só será suficiente para aprovar projetos de lei ordinária ou medidas provisórias (MP) se não houver quorum completo na Casa. Se todos os 513 deputados votarem, é preciso o apoio de 257 deputados para aprovar uma matéria dessas, que exige maioria simples. Em casos de lei complementar, o que será a nova regra fiscal, é preciso maioria absoluta em todas as vo-

tações. Para propostas de emenda constitucional (PEC), como a reforma dos impostos sobre bens e serviços, é exigido apoio bem maior, de 208 deputados.

Em todos esses cenários, o PT terá que contar com apoio de parte dos 188 deputados de partidos que se declaram independentes. São indicações pessoais. Não há nenhuma proibição para que algum filiado ocupe cargo. Mas o posicionamento da bancada demonstrará a nossa independência", afirmou Elmar ao PT.

O União Brasil terá três ministros até o fim de que se classificará dessa forma porque disse não se sentir representado pelos nomes escolhidos por Lula. A sigla indicou seu líder na Câmara, o deputado Elmar Nascimento (BA), para ministro da Integração Nacional, mas o nome foi vetado por petistas da Bahia. No lugar, o partido terá os deputados Juscelino Filho (MA) como ministro das Comunicações e Daniela do Waquinho (RJ) como ministra do Turismo. O governador do Amapá,

Waldez Góes, se licenciará do PDT e ficará com a Integração Nacional por indicação do líder do União no Senado, Davi Alcolumbre (AP).

"Os ministros filiados ao partido não foram indicações nem da Executiva e nem da liderança. São indicações pessoais. Não há nenhuma proibição para que algum filiado ocupe cargo. Mas o posicionamento da bancada demonstrará a nossa independência", afirmou Elmar ao PT.

O União Brasil terá se tivesse aderido ao governo, o maior partido da base aliada na Câmara, com 59 deputados. Esse posto será agora do PSD, com 43 parlamentares, seguido pelo MDB, que terá 42. Contudo, nem todos os deputados dessas siglas votaram com o governo e há aqueles, principalmente de Estados mais bolsonaristas, que se posicionam como oposição (mesmo cenário que ocorreria com o União). O PT também dependerá de votos de parte dos 49 deputados do PP

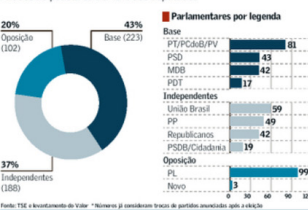
do presidente da Câmara, Arthur Lira (AL), e dos 42 do Republicanos, partido do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, para aprovar seus projetos. Além disso, espera contar com apoios na federação PSDB/Cidadania (19 deputados) e no Podemos (14 parlamentares).

Lira foi um dos fiadores da indicação de Nascimento para o ministério. A negociação envolvia acomodar dentro do Desenvolvimento Regional um grupo de até 150 deputados dos partidos independentes, mas que individualmente querem votar com o governo. A articulação foi abortada por reclamações da direção do Republicanos e pelo voto do PT. Um dos principais adversários do presidente da Câmara, o senador Renan Filho (MDB-AL), comandará os Transportes.

A base formal do governo contará com 11 partidos: PCdoB, Rede, Psol, PDT, PSB, PSD, MDB, PT, Avante, PV e Solidariedade. Os

Futura base do governo na Câmara

Aliados ao petista serão 41% dos deputados



três últimos, contudo, estão insatisfeitos porque apoiaram a candidatura de Lula desde o primeiro turno, mas acabaram preteridos na divisão dos ministérios. Eles pressionam por espaço relevante no segundo escalão.

A oposição a Lula no início do mandato será, formalmente, de 102 deputados, composta por PL

Parlamentares por legenda

Partido	Nº de Deputados	Posição
PSD	12	governo
MDB	9	governo
PT	3	governo
PDT	1	governo
Cidadania	1	governo
PSB	1	governo
Rede	1	governo
União Brasil	10	governo/independente
Podemos	6	independente/oposição
PL	14	oposição
PP	6	oposição
PSDB	4	oposição
Republicanos	3	oposição
PSC	1	oposição

Palácio do Planalto terá maioria absoluta no Senado

Vandson Lima De Brasília

Com a nomeação de nove ministros filiados a União Brasil, MDB e PSD, sendo três nomes de cada partido, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) alargou sua "base potencial" de aliados no Senado para algo entre 43 a 47 parlamentares, contra 34 integrantes de partidos de oposição.

O número é expressivo, indo de 538 a 588 do Senado. É, contudo, insuficiente para passar mudanças na Constituição por meio de propostas de emenda constitucional (PEC), que demandam 3/5 dos votos (49 senadores). No total, o novo governo contabiliza com sua possível base aliada os 12 senadores do PSD, 10 do MDB, 10 do União

Brasil, 9 do PT, 3 do PDT e 3 senadores de Cidadania, PSB e Rede, sendo um de cada partido.

No União Brasil, pelo menos quatro senadores declaram que serão oposição a Lula — os bolsonaristas recém-eleitos Alan Rick (AC) e Sergio Moro (PR), além de Márcio Bittar (AC) e Chico Rodrigues (RR), este último em tratativas para migrar para o PL.

Dos outros seis senadores do União Brasil, apenas um, o ex-presidente Jair Bolsonaro. Thronicke rompeu com Bolsonaro, garantindo que votará com o governo Lula em pautas que "interessam ao Brasil", mas diz não se ver, nem ao União Brasil, como base governista. "Estou em Brasília, vou na posse, mas não vou de vermelho não", diz. A senadora elogiou que Lula tenha nomeado 11 mulheres para mi-

nistérios e também por ter escolhido nomes como Carlos Figueira (PSD), que comandará a Agricultura) e Marina Silva (Rede, para o Meio Ambiente).

Decidindo os quatro senadores bolsonaristas do União fora do cálculo, o número cai para 43 cadeiras, uma maioria ainda expressiva e suficiente para aprovar, por exemplo, projetos de lei complementar, que requerem maioria absoluta da composição da Casa (41 senadores). A mudança da âncora fiscal, que substituirá a atual regra do teto de gastos, será feita por lei complementar e o novo governo se compromete a enviar a proposta até agosto de 2023.

Há ainda o Podemos. O partido terá seis senadores a partir do ano que vem e se declara independente, mas com uma

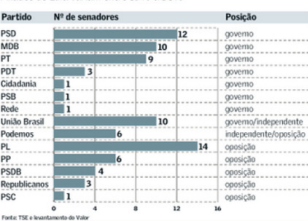
base formal do governo contará com 11 partidos: PCdoB, Rede, Psol, PDT, PSB, PSD, MDB, PT, Avante, PV e Solidariedade. Os

nistérios e também por ter escolhido nomes como Carlos Figueira (PSD), que comandará a Agricultura) e Marina Silva (Rede, para o Meio Ambiente).

Decidindo os quatro senadores bolsonaristas do União fora do cálculo, o número cai para 43 cadeiras, uma maioria ainda expressiva e suficiente para aprovar, por exemplo, projetos de lei complementar, que requerem maioria absoluta da composição da Casa (41 senadores). A mudança da âncora fiscal, que substituirá a atual regra do teto de gastos, será feita por lei complementar e o novo governo se compromete a enviar a proposta até agosto de 2023.

Futura base do governo no Senado

Aliados de Lula variam entre 53% a 58%



maioria claramente contrária ao novo governo.

As exceções são Jorge Kajuru (GO) e Flávio Arns (PR), que eventualmente podem votar

com a gestão petista, enquanto outros, como Eduardo Girão (CE), Marcos do Val (ES) e Styvenson Valentim (RN), são marcadamente antipetistas

Executivo Esplanada ganhou mais diversidade de gênero e raça e preservou a distribuição de espaço a políticos

Com 37 pastas, Ministério fica sem empresários

Marcos de Moura e Souza
De São Paulo

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) iniciará seu terceiro mandato acompanhado de um corpo de ministros que tem marcas contraditórias. Por um lado sua equipe se destaca pela diversidade conferida pelo número de mulheres, de negros e por, pela primeira vez, a Esplanada contar com uma indígena.

Por outro lado, Lula retorna uma tradição da política pós-1988: a distribuição de ministérios para dirigentes partidários

em troca de apoio no Congresso.

Jair Bolsonaro tentou subverter essa regra após ter sido eleito em condições muito particulares, sem uma aliança de partidos e com um discurso anti-político. Escolheu para postos-chave ministros sem conexão partidária, mas com discurso ideológico afinado de direita. Em pouco tempo, Bolsonaro renovou a equipe ministerial seguindo as condições acertadas no casamento com o Centro.

"A diversidade passou a ser um elemento a mais na composição da equipe, não apenas na composição do primeiro escalão do novo

governo, mas também para o segundo escalão. É uma demanda da sociedade que não era tão forte no primeiro mandato de Lula", avalia Bruno Carrazá, colunista de Política do Valor. Mas Carrazá aponta que, a despeito da diversidade atual, a composição do novo ministério guarda semelhanças ao de 2003, quando o Lula fazia sua estreia na Presidência.

Assim como há 20 anos, o PT está no controle da economia, da articulação política e de pastas da área social, diz ele. Ainda que o Ministério da Saúde fique a cargo da médica Nísia Trindade, presidente

da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), a avaliação é que as políticas da pasta estarão bem alinhadas com receitas pevistas.

Ao distribuir ministérios de outras áreas para partidos, Lula fez o movimento esperado e necessário, no cenário brasileiro, com vistas a levar adiante pautas importantes, avalia Sérgio Praça, professor da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Há outro aspecto que chama atenção na equipe ministerial que Lula terminou de anunciar na tarde da quinta-feira: a ausência de representantes do setor empresarial.

Em seu primeiro mandato o petista havia escalado nomes de destaque da iniciativa privada: Roberto Rodrigues, na Agricultura; Luís Fernando Furlan, na Indústria; Walfrido dos Mares Guia, no Turismo, e José Alencar, na Vice-Presidência.

Sérgio Praça avalia que, desta vez, talvez o setor empresarial tenha se mostrado menos interessado em aderir ao governo, esplanando para saber qual será a linha da política econômica a ser adotada.

Lula tentou o empresário Josué Gomes da Silva, filho de José Alencar, no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio

Exterior. Josué declinou e Alckmin ficou com a vaga.

Entre os ministros, dois são vistos como presidenciais em 2026: Fernando Haddad e Simone Tebet. Defensores de agendas econômicas que tem pontos de vistas diferentes, os dois ministros terão a missão de trabalhar juntos para impulsionar o crescimento econômico ajudar a segurar a inflação e promover o desenvolvimento social, lembra Carrazá.

Sérgio Praça, da FGV, diz não ter uma visão muito otimista sobre a capacidade de os dois trabalharem em harmonia por muito tempo.

Esplanada de Lula

Das 37 ministérios, PT ficará com dez; MDB, PSB, União e PSD terão três cada



Fazenda - Fernando Haddad (PT)

Formado em Direito, com mestrado em Economia e doutorado em Filosofia pela USP. É professor universitário. Foi ministro da Educação nos governos Lula e Dilma e prefeito de São Paulo. Em 2018, disputou pelo PT o segundo turno das eleições presidenciais e neste ano, o governo de São Paulo. Tido como presidencial em 2026.



Justiça e Segurança Pública - Flávio Dino (PSB)

Ex-governador do Maranhão, filiado ao PSB, Dino é um dos nomes de confiança de Lula. Terá a missão de promover diálogo do Executivo com o Judiciário e lidar com as forças policiais. Formado em Direito, foi professor universitário e magistrado. Eleito senador neste ano. Uma de suas primeiras ações será revisar decretos sobre armas de fogo.



Indústria e Comércio - Geraldo Alckmin (PSB)

Vice-presidente eleito e ex-governador de São Paulo por quatro mandatos. Médico anestesiológico, foi fundador do PSDB, partido onde esteve por 33 anos. Em 2021, trocou a legenda pelo PSB, onde teve o apoio de Márcio França para a dobradinha com Lula este ano. Alckmin atuou como coordenador-geral do gabinete de transição.



Casa Civil - Rui Costa (PT)

Governador da Bahia por dois mandatos e homem do círculo próximo de Lula. Deve dar à Casa Civil um perfil mais técnico e pragmático, com foco na execução de obras pelo país. Está no PT desde a fundação do partido e participou do movimento sindical dos petroleiros. Formado em Economia, foi também vereador e deputado federal.



Planejamento - Simone Tebet (MDB)

Senadora pelo Mato Grosso do Sul, ficou em terceiro lugar na disputa presidencial e apoiou Lula no segundo turno. No Planejamento, será uma das vozes nas discussões sobre a regra fiscal que substituirá o atual teto de gastos. É vista como possível interlocutora junto aos parlamentares. E tida como presidencial em 2026.



Alexandre Padilha (PT)

Médico infectologista e deputado federal por São Paulo. Foi ministro das Relações Institucionais no segundo mandato de Lula e da Saúde sob Dilma Rousseff. Durante a gestão de Fernando Haddad na cidade de São Paulo, foi secretário de Relações Governamentais e, depois, secretário de Saúde.



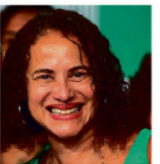
Camilo Santana (PT)

Governador do Ceará por dois mandatos e senador eleito pelo Estado. Foi aliado de Ciro e Cid Gomes, mas rompeu este ano com os irmãos. A marca de seu governo no Ceará foi a melhora em indicadores de educação, com escolas de tempo integral. No cargo, enfrentou em 2020 um motim de policiais militares.



José Mício Monteiro

Presidiu o Tribunal de Contas da União e foi ministro da Articulação Política. Circula entre políticos da direita e da esquerda e tem respeito dos militares. Formado em Engenharia, foi prefeito de Formoso (PE) e deputado federal por cinco mandatos. Terá a missão normalizar o clima nos quartéis.



Luciana Santos (PCdoB)

Vice-governadora de Pernambuco e presidente nacional do PCdoB. Formada em Engenharia Elétrica, foi deputada estadual, prefeita de Olinda e secretária estadual de Ciência e Tecnologia na gestão de Eduardo Campos (PSB) no Pernambuco. Foi deputada federal. Seu nome recebeu elogios por cientistas e pesquisadores.



Marina Silva (Rede)

Ex-ministra do Meio Ambiente nos dois primeiros mandatos de Lula, é reconhecida internacionalmente na área e sua escolha marca a ganância que o futuro governo promete nas políticas ambientais. A demora das costas políticas adiou sua oficialização. Ex-senadora, foi eleita nesta eleição deputada federal por São Paulo.



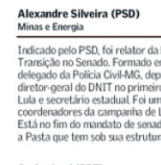
Nísia Trindade

Doutora em Sociologia e professora da UERJ, foi a primeira mulher a presidir a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), cargo que ocupa desde 2017. A gestão dela foi marcada pelo enfrentamento à pandemia. A instituição teve protagonismo com a produção de vacinas e com estudos que orientaram políticas públicas.



Wellington Dias (PT)

Senador eleito e governador do Piauí por quatro mandatos. Quilou a confiança de Lula, foi vereador de Teresina, deputado estadual e deputado federal. Como governador, presidiu o Consórcio do Nordeste e pressionou Jair Bolsonaro pela compra de vacinas contra a covid-19.



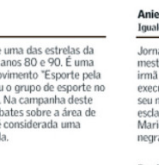
Alexandre Silveira (PSD)

Indicado pelo PSD, foi relator da PEC da Transição no Senado. Formado em Direito, foi delegado da Polícia Civil-MG, deputado federal, diretor-geral do DNIT no primeiro mandato de Lula e secretário estadual. Foi um dos coordenadores da campanha de Lula no Estado. Está no fim do mandato de senador. Comandará a pasta que tem sob sua estrutura a Petrobras



Ana Moser

Ex-jogadora de vôlei e uma das estrelas da seleção brasileira nos anos 80 e 90. É uma das fundadoras do movimento "Esporte pela Democracia". Integrou o grupo de esporte no gabinete de transição. Na campanha deste ano, participou de debates sobre a área de esporte. A indicação é considerada uma escolha pessoal de Lula.



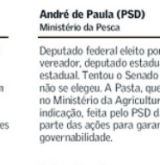
Anielle Franco

Journalista, escritora, professora e ativista. É mestranda em Relações Étnico-Raciais. É irmã de Marielle Franco, vereadora do Psol executada a tiros no Rio em 2018, junto com seu motorista. O crime não foi esclarecido. Coaduna o ONG Instituto Marielle Franco, voltada a fortalecer mulheres negras e pessoas LGBTQIA+ e periféricas.



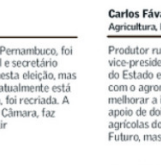
Daniela do Waguiinho

Deputada federal mais votada do Rio, é mais conhecida como Daniela do Waguiinho em referência ao marido Waguiinho, prefeito de Belford Roxo (RJ) e presidente do União Brasil no Estado. Evangélica, apoiou Lula em uma região dominada pelo bolsonarismo e ficou próxima de Janja.



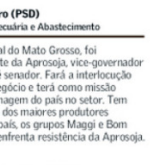
André de Paula (PSD)

Deputado federal eleito por Pernambuco, foi vereador, deputado estadual e secretário estadual. Tentou o Senado nesta eleição, mas não se elegeu. A Pasta, que atualmente está no Ministério da Agricultura, foi recusada. A indicação, feita pelo PSD da Câmara, faz parte das ações para garantir governabilidade.



Esther Dweck

Doutora em Economia e professora da UFRJ, é profunda conhecedora de finanças públicas. Atuou na gestão Dilma. Foi chefe da assessoria econômica e secretária de orçamento federal do Ministério do Planejamento. Ocupou a subchefia de análise e acompanhamento de políticas governamentais da Casa Civil.



Carlos Fávaro (PSD)

Produtor rural do Mato Grosso, foi vice-presidente da Aprosoja, vice-governador do Estado e é senador. Fazia interseção com o agronegócio e terá como missão melhorar a imagem do país no setor. Tem apoio de dois dos maiores produtores agrícolas do país, os grupos Maggi e Bom Futuro, mas enfrenta resistência da Aprosoja.



Jorge Messias

Formado em Direito, trabalhou no Banco Central e no BNDES. Nos governos de Dilma Rousseff, atuou como consultor jurídico e, depois, como subchefe de assessoria jurídica. Ficou nacionalmente conhecido como "Bessias", por causa de uma escuta telefônica vazada no âmbito da Operação Lava-Jato durante a gestão Dilma.



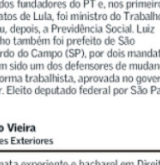
Juscelino Filho (União)

Dirigente do União Brasil, é deputado federal, médico e empresário. É aliado do senador Davi Alcolumbre (União-AP). Atuou para manter o orçamento secreto e dobrar recursos públicos para campanhas. Ficará responsável pela política de telecomunicações, radiodifusão e pelos Correios.



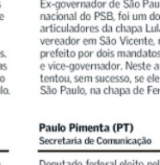
Luiz Marinho (PT)

É um dos fundadores do PT e, nos primeiros mandatos de Lula, foi ministro do Trabalho e chefe, depois, a Previdência Social. Luiz Marinho também foi prefeito de São Bernardo do Campo (SP), por dois mandatos. Ele tem sido um dos defensores de mudanças na reforma trabalhista, aprovada no governo Temer. Eleito deputado federal por São Paulo.



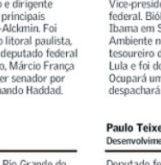
Mauro Vieira

Diplomata experiente e bacharel em Direito, foi ministro das Relações Exteriores no governo Dilma Rousseff e embaixador do Brasil em Buenos Aires e em Washington. Diz que o país precisa estreitar as relações com os EUA, China e com a UE. Mauro Vieira comandou a missão brasileira na Croácia e representou o Brasil na ONU.



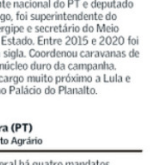
Márcio França (PSB)

Ex-governador de São Paulo e dirigente nacional do PSB, foi um dos principais articuladores da chapa Lula-Alckmin. Foi vereador em São Vicente, no litoral paulista, prefeito por dois mandatos, deputado federal e vice-governador. Neste ano, Márcio França tentou, sem sucesso, se eleger senador por São Paulo, na chapa de Fernando Haddad.



Paulo Pimenta (PT)

Deputado federal eleito pelo Rio Grande do Sul, é jornalista e foi indicado pela presidente Dilma Rousseff para o cargo de ministro do Meio Ambiente e vice-prefeito de Santa Maria (RS). Crítico da imprensa, acusou meios de comunicação de "cumplicidade" com o presidente e questionou se Bolsonaro realmente levou uma facada em 2018.



Paulo Teixeira (PT)

Deputado federal há quatro mandatos consecutivos por São Paulo, foi reeleito neste ano. É vice-presidente nacional do PT e integra uma corrente minoritária do partido. Foi vereador, deputado estadual e secretário municipal em São Paulo. Cuidará de políticas públicas relacionadas com a agricultura familiar e alimentação saudável.



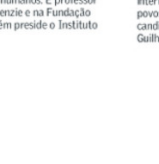
Renan Filho (MDB)

Ex-governador de Alagoas, elegeu-se senador neste ano. Foi professor de Direito e chefe de gabinete do senador Renan Calheiros (MDB-AL), que apoiou Lula no primeiro turno. Economista, ficará responsável pelas políticas nacionais de trânsito e de transportes ferroviário e rodoviário.



Silvío Almeida

Advogado, formado em Filosofia, doutor em Direito pela USP, escritor e professor. É conhecido pelo seu ativismo no debate racial e em prol dos direitos humanos. É professor na Universidade Mackenzie e na Fundação Getúlio Vargas. Também preside o Instituto Luiz Gama.



Sônia Guajajara (Psol)

Deputada federal eleita por São Paulo, é uma líder indígena reconhecida dentro e fora do país. Fez inúmeras denúncias a entidades internacionais sobre violações de direitos dos povos indígenas no Brasil. Em 2018, foi candidata a vice-presidente na chapa de Guilherme Boulos.



Vinícius Marques de Carvalho

Ex-presidente do Cade, advogado com doutorado pela USP em direito comercial e professor da área na mesma universidade. Trabalhou por onze anos no governo federal, nas gestões do PT. Foi chefe de gabinete do Secretário Especial de Direitos Humanos.



Waldez Góes (PDT/União)

Está filiado ao PDT, mas deve migrar para o União Brasil e ajudar a costurar a adesão do partido à base do governo. Indicação foi articulada pelo senador Davi Alcolumbre. É governador do Amapá e foi condenado a prisão pelo STJ por peculato, em 2019. O STF suspendeu a decisão e ainda julga o caso.

Entrevista Guimarães diz que base aliada parte de 250 deputados e reforma tributária será prioridade

PEC já acabou com o teto de gastos, diz líder do governo

Raphael Di Cunto, Marcelo Ribeiro e Andrea Jubé De Brasília

Oficializado líder do governo na Câmara nessa quinta-feira (29), mas atuando informalmente nesta função há quase dois meses, o deputado José Guimarães (PT-CE) diz que o teto de gastos já foi enterrado pela aprovação da PEC da Transição, proposta de emenda constitucional que permitiu ao governo gastar quase R\$ 200 bilhões a mais no próximo ano e mudar a regra fiscal por lei complementar.

O dinheiro é tanto, afirmou, que o governo terá dificuldade de elaborar e executar tantos investimentos em apenas um ano e garantirá tranquilidade para o presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) governar. "A PEC deu grande contribuição. Acabamos com o teto de gastos sem dizer, né", afirmou, na primeira entrevista desde que assumiu o cargo.

Guimarães destaca que as prioridades do novo governo no Congresso para o primeiro ano serão definir a nova âncora fiscal e aprovar a reforma tributária que já tramita no Legislativo. Os primeiros atos de Lula, já na primeira semana de janeiro, serão chamar os governadores para discutir a proposta e um novo pacto federativo e reunir todos os 37 ministros para expor a diretriz de atuação do governo.

O líder diz que a base aliada na Câmara já está em cerca de 250 deputados e será ampliada com as negociações do segundo e terceiro escalão do Executivo, que agregará outros partidos à base. Ele minimiza o impasse com o União Brasil, que terá três pastas, mas se declarou independente após o líder do partido, deputado Elmar Nascimento (BA), ter a nomeação vetada pelo PT da Bahia. Diz que não houve veto, mas que o entrevisto será tratado com muito diálogo e que espera atrair, além deste partido, o apoio também de Podemos e Republicanos. Confira a seguir os principais pontos da entrevista:

Valor: Quais as prioridades do novo governo no Congresso de 2023?

José Guimarães: Antes de falar de projetos prioritários, nossa tarefa imediata é compor um novo formato de governabilidade na Câmara. Isso se dá pela composição ministerial, mas não só. É importante o diálogo com todas as correntes do pensamento legislativo e a interação respeitosa entre o Executivo e o Legislativo, o que envolve o presidente [da Câmara] Arthur Lira [PP-AL] e o governo. Se essas coisas não estiverem afinadas, fica difícil pensar na votação das prioridades.

Valor: A condução da PEC da Transição causou reclamações dos partidos. Foi um erro mandar a PEC antes mesmo do governo assumir?

Guimarães: Talvez seja a coisa

mais importante que fizemos. Essa aprovação dá margem, dá tempo e abre espaço para construir a nova governabilidade. Não precisamos mais de pressão porque, com a PEC, temos o auxílio [para as famílias carentes] garantido, dinheiro para investimentos, para saúde e educação.

Valor: A definição da âncora fiscal será uma das prioridades? Já há esboço de como ela será?

Guimarães: A PEC deu uma grande contribuição: acabamos com o teto de gastos sem dizer, né? Agora muda por lei complementar. É bem mais fácil que aprovar uma PEC e depois que engata por um ano [faz gesto com as mãos de que não volta atrás]. [O ministro da Fazenda, Fernando] Haddad tem as ideias sobre a nova âncora, mas não está nada esboçado. Ele comandará isso e em seis meses enviara ao Congresso. Agora, qualquer governo entraria numa crise sem precedentes, sem dinheiro, sem nada. E o Lula tem um colchão de R\$ 200 bilhões para gastar.

Valor: O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes deu liminar que permite tirar parte do Bolsa Família do teto de gastos. Isso será usado para aumentar ainda mais as despesas?

Guimarães: Não vamos nem falar nisso porque o espaço que temos não dará nem pra gastar tudo. Você sabem que o Brasil é meio tucado. Como é que vamos gastar R\$ 70 bilhões de investimento no primeiro ano de governo? Não tem como. O Lula terá uma margem fiscal excelente.

Qualquer outro governo entraria numa crise sem precedentes, sem dinheiro. O Lula tem colchão de R\$ 200 bi para gastar?

Valor: A reforma tributária também será prioridade? Começará pela Câmara ou Senado?

Guimarães: Devemos conversar fortemente para apresentarmos uma proposta de reforma tributária consistente. Que dê conta do respeito aos entes federados, da concentração de renda e da progressividade. Temos que reapurar ideia central da PEC do [destaure] Baleia [Rossi], somar as ideias do Núcleo de Acompanhamento das Políticas Públicas de Economia da Fundação Perseu Abramo e fazer discussão nacional sobre a necessidade da reforma. Se não fizer isso, não sai.

Valor: Quando será a reunião do Lula com os governadores?

Guimarães: Ainda não tem data, mas o presidente Lula falou de se reunir imediatamente com eles.

Há também a questão dos combustíveis a ser tratada. Ele também falou sobre a necessidade de reunir os ministros para uniformizar o discurso, dar a diretrizes do governo e das ações. Acredito que será tudo semana que vem.

Valor: Parte dos políticos acredita que o primeiro grande teste da base será aprovar a medida provisória de reestruturação dos ministérios. Será este um desafio?

Guimarães: Será aprovada no piscar dos olhos.

Valor: Não é otimismo demais?

Guimarães: É tempo de casa. Era uma pandemia no primeiro governo Lula, não havia voto para nada. Agora, nós partimos com 250 votos na Câmara.

Valor: De onde vêm esses votos?

Guimarães: Se a gente ampliou para aprovar a PEC e acabar com o teto de gastos, imagine outras coisas com o governo no mão.

Valor: Mas PV, Solidariedade e Avante, por exemplo, estão bem insatisfeitos sem ministérios.

Guimarães: [Eles] Vem já. Ninguém sobrevive sem governo. Já começamos o diálogo e está bem resolvido com o PV e com Podemos. O Podemos vai ter segundo escalão, já está acordado. Tem o Avante, que está rebelde, mas [os deputados] votaram com a gente [na PEC]. Tem o Solidariedade. Ainda vem o Pros, o Patriota. Essas coisas se resolvem com o segundo escalão. Hoje já temos um núcleo central da nova base, em 250 votos, que ainda vamos ampliar. E quem é o governo sabe como é que faz isso.

Valor: Vai voltar com o toma-lá-dá-cá?

Guimarães: Esse negócio de toma-lá-dá-cá é muito relativo. É legítimo que os deputados federais indiquem os cargos nos Estados. Não pode indicar para bancos públicos, mas para Codevasf, Dnocs, Ibama, são cargos políticos. Isso não é toma-lá-dá-cá, é necessidade da República porque esse é o modelo que está em curso, é o presidencialismo de coalizão. E tem o que o Lula falou: no governo dele, se tiver denúncia de corrupção, a pessoa se afasta para apurar. Depois volta se for inocente. Lula já sofreu muito injustamente, mas agora é outro momento, o país é outro, a nossa cabeça é outra, vamos governar sob novos paradigmas.

Valor: Acabou o argumento secreto e as emendas agora são positivas. Só a distribuição de cargos será suficiente para governar? Ou precisará liberar recursos dos ministérios para fazer a base?

Guimarães: Quem libera [as emendas] é o governo. Tenho emendas impositivas minhas que não foram liberadas até hoje, são recursos para a área de saúde. Quem tem caneta para liberar a emenda impositiva é o governo.

Valor: O deputado Elmar Nascimento foi vetado para ministro pelo PT da Bahia. Lula escolheu dois mi-

nistros da ala governista do partido, mas há um núcleo anti-petista forte. Como vocês lidarão com isso?

Guimarães: Olha, primeiro que não existe negócio de anti-petista, acaba com esse discurso. O União Brasil foi partido ligado ao [presidente Jair] Bolsonaro e tem uma composição do PSL e do DEM. Então você tem que ter paciência para desconstituir isso. Tem os ministérios e ninguém tem como resolver isso por decreto. Tem que começar a conversar, distensionar, oferecer outras alternativas. Acho que é possível sim. Sei dos problemas que ficaram com essas indicações do União Brasil, mas o Elmar não foi vetado, não existe isso também. Tenho ótima relação com ele.

Valor: O senhor tem, mas o Rui [Costa, futuro ministro-chefe da Casa Civil] e o Jaques [Wagner, líder do PT no Senado] vetaram.

Guimarães: Mas o líder do governo na Câmara não é nem o Rui nem o Jaques. Recebi uma mensagem do Elmar dizendo que nossa boa relação está mantida.

Valor: Se não houve veto, por que ele não virou ministro?

Guimarães: Foi um conjunto de fatores... pega esse negócio da Bahia... eu não sei nem se ele [Elmar] queria. Você conta uma história que pouca gente sabe. Na época do governo Dilma, tinha um veto aqui a um projeto do Judiciário que precisávamos demorar, um negócio barra pesada que não iamos vencer. Recorri a ele. No fim, vencemos por seis votos com a ajuda do Elmar e do Rodrigo Maia [da oposição]. Então aqui é um jogo de saber fazer as coisas. Não tem um padrão a favor ou contra. Depende de quem lidera, as relações políticas, e o respeito, tudo isso conta muito.

Valor: Mas não causa preocupação o partido ter três ministérios e ainda assim ficar independente?

Guimarães: Não precisamos ter pressa. O governo ainda vai começar. Vamos iniciar o diálogo sobre os outros espaços, o segundo escalão. O governo é um mun-



Guimarães: "Já temos um núcleo central da nova base, que ainda vamos ampliar. Quem é o governo sabe como é que faz isso?"

do. Ainda mais um governo liderado pelo Lula, com a cabeça política que ele tem, é diferente do passado [no governo Dilma, do PT]. Meu otimismo tem motivos. Aprovamos uma PEC por 366 votos antes mesmo de entrar no governo. Acabamos com o teto de gastos, e fim de papo.

Valor: Ficar alguma sequela com o União Brasil?

Guimarães: Será superada. Na política não há sequelas. Se tivesse, não estaríamos hoje de mãos dadas com o Arthur Lira. Todo mundo sabe que apoiou a Baleia Rossi [na eleição para a presidência da Câmara]. Depois da derrota, passa um dia, uma noite e volta, vai recompor. É assim a política. O que não pode é o sectarismo. O que não pode é o sectarismo. O que não pode é o sectarismo. O que não pode é o sectarismo.

Valor: Há vaga aberta de representante da Câmara no Tribunal de Contas da União (TCU). O governo terá candidato?

Guimarães: Esse assunto não aparece ainda na pauta. Não acho que o governo tenha que se envolver, é minha opinião. Quando for o momento, a gente discute. Gosto do [deputado] Jhonatan [de Jesus, do Republicanos e candidato de Lira], voto nele.

Valor: Por que não anunciaram os presidentes do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal?

Guimarães: O Lula havia dito que não iria anunciar hoje [quinta-feira]. Mas os nomes estão definidos, serão duas mulheres de carreira dos bancos. Será escolhida e não terá indicação política. Os bancos públicos vão abrir crédito para o povo investir.

Valor: Tem muitos ministros que são potenciais candidatos à Presidência em 2026: Haddad, Camilo Santana, Rui Costa e Simone Tebet. Isso não vai gerar fogo amigo?

Guimarães: Acha que alguém com juízo vai tocar nesse assunto agora? Se eles fizerem isso serão demitidos no outro dia. Além disso, a equipe está muito unida, o Lula é o unificador de tudo. O Lula encanta até as serpentes.

Valor: Há vaga aberta de representante da Câmara no Tribunal de Contas da União (TCU). O governo terá candidato?

Guimarães: Esse assunto não aparece ainda na pauta. Não acho que o governo tenha que se envolver, é minha opinião. Quando for o momento, a gente discute. Gosto do [deputado] Jhonatan [de Jesus, do Republicanos e candidato de Lira], voto nele.

Valor: Por que não anunciaram os presidentes do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal?

Guimarães: O Lula havia dito que não iria anunciar hoje [quinta-feira]. Mas os nomes estão definidos, serão duas mulheres de carreira dos bancos. Será escolhida e não terá indicação política. Os bancos públicos vão abrir crédito para o povo investir.

Valor: Tem muitos ministros que são potenciais candidatos à Presidência em 2026: Haddad, Camilo Santana, Rui Costa e Simone Tebet. Isso não vai gerar fogo amigo?

Guimarães: Acha que alguém com juízo vai tocar nesse assunto agora? Se eles fizerem isso serão demitidos no outro dia. Além disso, a equipe está muito unida, o Lula é o unificador de tudo. O Lula encanta até as serpentes.

Nova equipe deixa um rastro de ressentimentos pelo caminho

Análise

Andrea Jubé De Brasília

Na apresentação do último lote de ministros nesta quinta-feira, o presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva (PT) antecipou-se às críticas sobre a fotografia final da equipe do primeiro escalão: "certamente nem todo mundo gostou", admitiu.

De fato, na escalatória do time, Lula deixou um rastro de ressentimentos pelo caminho. Lidar com essa insatisfação até mesmo no PT será um dos primeiros testes da governabilidade que Lula tentou construir com o primeiro escalão concluído ontem.

A convocação do governador do Amapá, Waldez Góes, do PDT — que encerra o mandato no dia 31/12 — para ser ministro da Integração Nacional na cota do União Brasil contrariou três importantes aliados em uma só tacada: o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), o influente líder do União Brasil na Câmara, Elmar Nascimento (BA) e o futuro líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Waldez Góes tem como padrinho o líder do União Brasil no Senado, Davi Alcolumbre (AP). Com a indicação para a pasta, o governador sinalizou que deixará o PDT para se filiar ao União Brasil. Mas como cristão novo na sigla,

será mais difícil influir na bancada, ainda mais na Câmara, onde Elmar é quase hegemônico.

A escolha de Góes atinge o grupo político liderado por Arthur Lira, que reúne cerca de 150 deputados. Este grupo indicou Elmar Nascimento para a Integração Nacional. Um dos motivos dessa escolha era manter o controle da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), em parte sob a tutela de Elmar, e que agora passará para Waldez e Alcolumbre.

A Codevasf foi um dos órgãos que mais recebeu verbas do "orçamento secreto" (emendas de relator) nos últimos meses. O órgão é tão estratégico, por definição, fo-

se restrita aos Estados alcançados pelo Rio São Francisco, Alcolumbre aprovou um projeto de lei ampliando o arco de atuação da Codevasf até o Amapá.

O outro aliado que saiu magoado com a nomeação de Waldez foi Randolfe, um dos mais atuantes na campanha presidencial. Waldez será seu adversário na eleição para o Senado pelo Amapá em 2026. Na campanha presidencial, Waldez pediu votos para Ciro Gomes (PDT), que não poupou agressões a Lula. Em contrapartida, Randolfe esteve o tempo todo ao lado de Lula.

Waldez assumirá uma das pastas mais concorridas da Esplanada, com um dos maiores orçamentos e capilaridade para

obras de infraestrutura, principalmente, no Norte e Nordeste, e chegará fortalecido ao pleito em que enfrentará Randolfe.

A fila de ressentimentos com Lula é extensa. O Solidariedade foi um dos primeiros partidos de centro a declarar apoio ao petista, ainda na pré-campanha, mas ficou de fora do ministério. O presidente do partido, Paulinho da Força, mirava a Previdência Social, mas a pasta foi entregue ao presidente do PDT, Carlos Lupi, que marchou com Ciro Gomes na campanha presidencial.

O Avante, do deputado André Janones (MG), também sentiu-se desprezado ao ser excluído do primeiro escalão. Janones teve protagonismo na campanha lu-

lista nas redes sociais e no combate às "fake news".

Mesmo no PT, várias lideranças sentiram-se desvalorizadas, como o líder do PT na Câmara, Reginaldo Lopes (MG), um dos principais articuladores da PEC da Transição. Ele também abriu mão de concorrer ao Senado para permitir a aliança de Lula com o PSD no Estado.

Ao fim, o senador não reeleito Alexandre Silveira (PSD-MG), favorecido pelo gesto de Lopes, será o futuro ministro de Minas e Energia. Lopes foi cotado para assumir o Ministério do Planejamento e a pasta da Educação, mas ficou sem nada. Na noite de quarta-feira, ele disse a jornalistas que ficou de fora do ministério em nome da "governabilidade".

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Valor Econômico - São Paulo/SP

Seção: Política **Caderno:** A **Página:** 12 a 14